**Pandemia, neoliberalismo e mercantilização da educação pública na ditadura do capital: o risco dos Institutos Federais**

Tiago Fávero de Oliveira[[1]](#footnote-1)

**Resumo:**

Diante de todas as medidas de isolamento social provocadas pela pandemia do Coronavírus, o presente artigo busca relacionar os efeitos desta crise com o cenário da crise estrutural do capital dentro da ótima do neoliberalismo no Brasil. Enfoca-se as premissas fundamentais da ordem capitalista neoliberal e seus efeitos para a educação pública brasileira, destacando a formação oferecida nos Institutos Federais. Diante da possibilidade do uso da educação a distância como forma de trabalho das instituições federais, serão analisados dados do Ministério da Educação e de pesquisas relacionadas ao acesso à recursos digitais. Embasada em referências do materialismo histórico dialético, a pesquisa sinaliza para os riscos da privatização, da flexibilização e de relações precárias de trabalho na educação, enfatizando a necessidade do desenvolvimento de novas formas de sociabilidade no período pós-pandemia.

Palavras-chave: neoliberalismo, privatização, educação pública.

**Introdução:**

O atual cenário de um neoliberalismo selvagem surgido como causa e consequência da crise estrutural do capital (MÉSZAROS, 2011) gera um capitalismo ainda mais destrutivo. Tal cenário se agrava ainda mais quando se apresenta a crise geral gerada pela pandemia do Coronavírus (COVID 19), iniciada em terras chinesas no ano de 2019 e chegada ao Brasil em fevereiro de 2020. Há aqui uma harmonia perfeita de perversidade e destruição: tanto o neoliberalismo quanto o COVID 19 são duas armas destrutivas e letais para as classes trabalhadoras[[2]](#footnote-2).

Defende-se, aqui, que há uma crise dentro da crise. Tal apontamento fica muito claro quando se analisam as palavras de Marx e Engels no Manifesto Comunista acerta da crise do modo capitalista de produção, descrito em 1848:

Uma epidemia, que em qualquer outra época teriam parecido um paradoxo, desaba sobre a sociedade – a epidemia da superprodução. A sociedade vê-se conduzida a um estado de barbárie momentânea; como se a fome ou uma guerra de extermínio houvessem lhe cortado todos os meios de subsistência; o comércio e a indústria parecem aniquilados. E por quê? Porque a sociedade possui civilização em excesso, meios de subsistência em excesso, indústria em excesso, comércio em excesso. As forças produtivas de que dispõe não mais favorecem o desenvolvimento das relações burguesas de prioridade; pelo contrário, tornaram-se poderosas demais para estas condições, passam a ser tolhidas por elas; e assim que se libertam desses entraves, lançam na desordem a sociedade inteira e ameaçam a existência da propriedade burguesa (MARX; ENGELS, 1998, p. 45).

Neste contexto, o presente trabalho irá se debruçar na tentativa de entender o desenvolvimento histórico e o atual comportamento do neoliberalismo de forma geral para, após isso, buscar seus reflexos diretos na educação pública. Dentro da educação, intenta-se investigar o processo de mercantilização da educação pública e seus efeitos na construção de uma educação pública, gratuita, laica, integral e de qualidade. Delimitando um pouco mais a pesquisa, o trabalho irá centralizar suas análises nos impactos deste momento histórico na Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, buscando entender como os Institutos Federais do país tem se comportado diante da crise atual.

Para isso, será realizada uma leitura atenta de fontes teóricas, dentro do materialismo histórico dialético para entender, de forma crítica, os efeitos da crise (do COVID 19) dentro da crise (estrutural do capital). A escolha aqui não é neutra: acredita-se que textos de fundamentação marxista (clássicos e atuais) são importantes tanto na crítica do capital quanto na busca de uma perspectiva histórica para a saída dos dilemas e contradições aqui enunciados. Serão analisados também Decretos, Medidas Provisórias, Instruções Normativas, Leis e Projetos de Leis publicados tanto no sentido da mercantilização da educação pública quanto na apresentação de políticas de enfrentamento da crise. Será realizada também uma análise das ações dos Institutos Federais no Brasil a partir de uma plataforma de acompanhamento do COVID 19 disponibilizada pelo Ministério da Educação[[3]](#footnote-3), a fim de entender como cada Instituição tem respondido às orientações do MEC e também às novas demandas do atual momento.

Neste ínterim, dados de uma pesquisa do IF Sudeste MG com estudantes serão também analisados, buscando entender quais as condições materiais de acesso dos estudantes à recursos tecnológicos, no intuito de entender se há limitações estruturais para a implementação de uma política de ensino a distância.

**1. Ditadura do Capital e Neoliberalismo no Brasil**

Em 1981, já nos momentos finais da ditadura empresarial-militar do Brasil, o Professor Octávio Ianni (1926 – 2004) publica sua célebre obra “A ditadura do grande capital), dentro da qual faz uma retrospectiva histórica e analítica da forma como as decisões autoritárias e violentas da ditadura militar brasileira privilegiaram os ganhos do grande capital, consolidando um padrão de dominação e acumulação excludente que favorecia a burguesia brasileira (IANNI, 1981). Em suas teses, pode-se perceber a clara ligação entre as medidas violentas contra trabalhadores, sindicatos e partidos políticos e a implantação de uma agenda econômica ligada ao autoritarismo neoliberal. No campo educacional, Frigotto (2018) afirma:

mediante o recurso da força física e, concomitantemente ao arbítrio, o golpe civil-militar interrompeu um processo social e educacional que buscava reformas de base e um desenvolvimento que rompesse com o vínculo subalterno aos centros hegemônicos do capital e permitisse uma ampla participação popular, não só na produção, mas na democratização dos bens produzidos e ampliação dos direitos sociais (p. 19)

Apesar do contexto atual ser diferente do momento histórico da ditadura militar brasileira das décadas de 60 a 80, aproximações podem ser feitas. A mais evidente é que o Estado brasileiro usa de seu poder (tanto simbólico quanto coercitivo) para garantir a hegemonia do bloco burguês em detrimento da classe trabalhadora, favorecendo a exploração e a acumulação de capital. Entende-se aqui, que o capitalismo tardio brasileiro – como desenvolvido por Florestan Fernandes (1974; 1975) – traz uma nova forma de desenvolvimento tardio da burguesia, cujo crescimento depende diretamente da desigualdade, da miséria e da pobreza de grande parte da classe trabalhadora[[4]](#footnote-4).

Neste contexto, Dardot e Laval (2016) apresentam um amplo panorama dos movimentos históricos que fizeram com que a ideia inicial do Liberalismo desencadeasse no Neoliberalismo, tal como é conhecido hoje. A obra perpassa as ideias iniciais (John Locke, David Hume, Adam Smith, John Stuart Mill) até o neoliberalismo ultraconservador de Friedrich Hayek, Ludwig von Mises e Milton Friedman.[[5]](#footnote-5) Em síntese, pode-se dizer que o princípio inicial da não intervenção estatal na economia (*Laissez faire*) é substituído pela nova configuração do papel do Estado. A partir do neoliberalismo, o Estado deve intervir criando condições para um mercado livre, que estimula a concorrência não só entre empresas, mas também entre indivíduos. Neste contexto, os indivíduos são alienados de sua dimensão social, solidária e coletiva e se tornam indivíduos-empresas, que passam a ter a responsabilidade de sustentar a sua vida. O indivíduo perde seus vínculos de solidariedade e é lançado no mercado, arena de luta pela sobrevivência. Todas as suas derrotas e conquistas são creditadas a ele, dentro de uma lógica meritocrática e empresarial.

Contribuíram amplamente para a criação de uma ordem que os submete a novas restrições que, por sua vez, levam a comprimir salários e gastos públicos, reduzir “direitos adquiridos” considerados muito onerosos e enfraquecer os mecanismos de solidariedade que escapam à lógica assistencial privada (*Ibidem,* p. 199)

O Estado aqui se reduz a um árbitro das relações de concorrência no mercado, decidindo sempre em função do mais forte (CHAUÍ, 2004). Os serviços públicos que se configuram como direitos (saúde, educação, previdência, entre outros) vão se tornando mercadorias que devem ser disputadas pelos novos sujeitos neoliberais. O Estado reduzido terá como regra para seu funcionamento o modelo empresarial, fundando suas ações na eficácia, no lucro e na mercantilização. Mecanismos de gestão empresarial, avaliação, responsabilização e flexibilização são impostos à sociedade como um todo. As classes trabalhadoras (MATTOS, 2019) se encontram numa situação precária, uberizada, flexível e ameaçada. A rebeldia dos precários se torna uma apatia resignada, incapaz de gerar mudanças nesta ordem social (BRAGA, 2017). Em outras palavras, a rebeldia não consegue se transformar em revolução.

O resultado disso é que, neste horizonte neoliberal, o estímulo ao individualismo egoísta diminui, como foi dito, o sentimento de classe e comportamentos solidários, exclui a dimensão cidadã (que é social), pois “eles não são chamados a julgar políticas e instituições do ponto de vista do interesse da comunidade política, mas somente em função de seu interesse pessoal. *É a própria definição de sujeito político que é radicalmente alterada*” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 320, grifos do autor). Também neste sentido, Kosik (1986) sinaliza para a racionalidade individualista e meritocrática que fundamenta o desenvolvimento deste neoliberalismo ultraconservador.

Nesta arena de competição e individualismo, o capital neoliberal mostra sua ausência de valores e escrúpulos quando negligencia a importância da vida do trabalhador, sinalizando para sua descartabilidade (ANTUNES, 2019), uma vez que um amplo exército de reserva está disponível para não deixar que as engrenagens do capital parem de funcionar. Catástrofes, tragédias e crises sempre serviram ao capital neoliberal. Malthus (1961) já sinalizava para a importância do desenvolvimento de mecanismos de controle do aumento demográfico, tanto com estratégias de diminuição de natalidade para os pobres quanto com mecanismos para facilitar e acelerar o aumento da sua mortalidade[[6]](#footnote-6). Percebe-se aqui a dimensão destrutiva do capitalismo, que não se importa com o extermínio, seja da natureza, seja do próprio ser humano (MÉSZAROS, 2000; HARVEY, 2011; 2018).

Infelizmente, os mecanismos de resistência a esta lógica do capital neoliberal tem sido insuficientes por vários motivos, dentre os quais, será dado destaque a dois. O primeiro é o fato de que a própria lógica do capital é divulgada e defendida por intelectuais, *think tanks*, mídia como algo natural, normal, positivo, neutro (sem a “contaminação” de ideologias) e, até mesmo, desejável (DARDOT; LAVAL, 2016). Tal fato é interiorizado e assumido sem dificuldades pela classe trabalhadora que se encontra alienada em várias dimensões (CHAUÍ, 2004; MÉSZAROS, 2016). O segundo fator é a própria fragilidade da classe trabalhadora no que diz respeito às estratégias de representação e unidade. O enfraquecimento e a fragmentação do movimento sindical e as políticas de um sindicalismo de negociação e consenso, visando a conciliação de classe e aceitando as condições do capital (ANTUNES, 2019; BRAGA, 2017).

Os riscos do capitalismo neoliberal são ainda maiores quando se considera que a crise estrutural e o sistema de devastação do capital nos permite observar um crescimento da Extrema Direita no mundo como um todo[[7]](#footnote-7). Governos que, consciente ou inconscientemente, assumem práticas da extrema direitas vem tomando uma série de medidas antissistema ainda mais devastadoras no campo econômico e social, com práticas xenofóbicas, de perseguição de minorias, de mercantilização de direitos[[8]](#footnote-8), apoiados num discurso anticorrupção e com um fundamentalismo religioso de fachada, gerando debates em torno do risco de uma nova fascistização do mundo. Outro ponto importante a se salientar é que o neoliberalismo não precisa da democracia, aumentando sinais de autoritarismo e centralização (WOOD, 2011).

**2. A educação pública como mercadoria privada: perda de direitos e ameaças**

Pelo que foi exposto até aqui, pode-se perceber que o capital financeiro – o grande comandante do processo global – não tem humanidade. Ele sempre irá tentar contornar suas contradições e crises para continuar em seu processo de acumulação. O capital vai buscar meios para lucrar, seja na crise, seja no período de crescimento. A privatização do público pode acontecer a partir de diferentes caminhos, quais sejam: privatização no modo clássico, concessões, Parcerias Público-Privado (PPP), abertura de espaço no serviço público para Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)[[9]](#footnote-9), adoção de modelos de gestão empresarial e avaliação em larga escala, dentre outros.

No caso específico do Brasil, a lógica neoliberal conseguiu alterar o artigo 37 da Constituição Federal, acrescentando a Eficiência como Princípio da República[[10]](#footnote-10). Este acréscimo motivou uma série de políticas públicas aproximando o serviço público da lógica empresarial. Na área da educação, foi criado o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), na década de 90. A partir daí, vários instrumentos de avaliação em larga escala, índices e indicadores de qualidade e produtividade foram sendo desenvolvidos. Políticas de gestão, adoção de metas e implementação de políticas de *accountability* (transparência na divulgação dos resultados e responsabilização das equipes) começaram a ditar o ritmo da educação pública brasileira.

A busca da eficiência e da qualidade no contexto educacional apresentado pelo neoliberalismo estão assentadas na manutenção da estrutura dual e desigual da estrutura da educação pública brasileira. Frigotto (2018) afirma que “o critério definidor de qualidade é posto pela ótica dos interesses do mercado” (p. 30), focando a qualidade total em detrimento da qualidade social.

A ideologia neoliberal avança na educação pública e ganha força a partir do Golpe Jurídico-Parlamentar-Midiático de 2016. A Lei 13.415/2017 implementa uma Contrarreforma do Ensino Médio que flexibiliza a relação de trabalho dos docentes (mediante a adoção da categoria de “notório saber”) e permite que parte da carga horária de formação seja realizada em espaços não escolares, mediante parcerias. A modalidade de Educação a Distância (EaD) também ganha força como um importante recurso para privatização e flexibilização da educação Pública. O Decreto 9.057/2017 assinado pelo Presidente Michel Temer regulamenta a possibilidade de abertura de faculdades e universidades com a oferta de graduações e pós-graduações a distância. Este movimento ganha ainda mais força quando o governo do Presidente Jair Bolsonaro regulamenta a ampliação de 20% para 40% o limite de disciplinas em EaD na carga horária de cursos presenciais de graduação, mediante a publicação da Portaria 2.117/2019[[11]](#footnote-11).

Como momentos de crise podem ser úteis ao capital neoliberal, cogita-se, neste momento, a oferta de parte de disciplinas exclusivamente presenciais na modalidade EaD sem, sequer, realizar alterações nos Projetos Pedagógicos dos Cursos. Tal fato é permitido mediante a emergencial publicação da Portaria 343 (em 17 de março de 2020) que flexibiliza e estimula o ensino remoto improvisado como forma de diminuir os impactos da política de isolamento social que o país adota.

Não se menospreza nem se diminui aqui a importância do uso de recursos tecnológicos de informação e comunicação como ferramentas para a educação. As possibilidades e limites desta modalidade de ensino podem ser analisadas, com mais profundidade, a partir das pesquisas sobre a tensão entre expansão e qualidade da EaD de Santos (2019) e sobre o *hommeschooling* e a domesticação do aluno em Pichonelli (2019). O que se questiona é se a adoção apressada e improvisada[[12]](#footnote-12) destas tecnologias neste momento não podem servir como estratégia para a abertura de possibilidade de um desmonte ainda maior do ensino presencial, flexibilização do trabalho docente e oportunidade de negócios para empresas privadas que oferecem soluções mágicas e fáceis para um problema tão complexo. Cássio; Ximenes (2020) são claros quanto a esta questão quando afirmam que:

Se os abutres do empresariado educacional fazem marketing digital direcionado no meio do pandemônio, é porque sabem que alguém deseja ouvir seus grasnados. Sabem que o heroísmo didático e o voluntarismo florescem em um ambiente acadêmico coalhado de individualismo (s/p).

Outro ponto que merece destaque é sobre o acesso a este recurso. Até agora, não há indícios de que a totalidade dos estudantes terão acesso à computadores, internet banda larga, espaços e condições adequadas para o estudo em suas respectivas casas para que esta modalidade a distância seja implementada. Até mesmo entre professores, não se sabe se todos tem conhecimentos técnicos para a implementação destes recursos. Por conta disso, toda pressa na tentativa de dar uma resposta para o pagamento das mensalidades na educação privada e para dar uma justificativa de pagamento dos salários para as instituições públicas podem ser um atalho mal trilhado em um momento de crise como o atual.

Além de tudo que foi exposto, não se pode diminuir ou desconsiderar o risco para as relações de trabalho docente. Fragmentos da pesquisa de Laval (2004) sinalizam para isso:

Para as empresas em busca de novas saídas, o ensino apareceu como uma espécie de Eldorado, pelo seu tamanho e a importância dos equipamentos de informática que lhe são necessários (...). O ensino à distância é particularmente útil para **assegurar um ensino e uma formação rentáveis** (...) O ensino à distância permite, então, renovar o “capital humano” necessário, transmitindo os “conhecimentos úteis” graças ao impulso do teletrabalho. (...) O desenvolvimento do mercado das novas tecnologias educativas é acompanhado por um discurso “pedagógico” que **anuncia “o fim dos professores”.** (...) Fazer acreditar que o professor deve se tornar um acompanhante de pesquisas pessoais e de exercícios padronizados em material informatizado permite **justificar as compras massivas de equipamentos em nome de uma inelutável “substituição do capital ao trabalho**” (p. 126 – 129, grifos meus).

Nesta mesma linha de raciocínio, percebe-se outro risco, a saber: o uso dos dados pessoais de estudantes e professores pelas empresas de acesso à internet do país. Realizar uma migração em massa de aulas e atividades letivas para plataformas digitais pode servir como uma ótima oportunidade de negócio para a ampliação de banco de dados. Bandeira; Pasti (2020) afirmam que “65% das universidades públicas e secretarias de educação do país utilizam tecnologias das cinco maiores empresas de tecnologias que possuem como modelo de negócio a exploração dos dados pessoais” (s/p).

A substituição do capital ao trabalho é uma das metas a serem perseguidas pelo desenvolvimento do capitalismo neoliberal. O ideal seria acabar com o trabalho, mas como é impossível acabar com o trabalho sem acabar com a produção, o capital procura reinventar novas formas de exploração ao longo do tempo. Daí, surgem novas formas de trabalhadores: o depauperado, o uberizado, o flexível, o com contrato intermitente e precário, o trabalhador sem direitos (ANTUNES, 2018). Num contexto de crise, o trabalhador, que está desempregado e precisa trabalhar para comer, fará qualquer coisa a qualquer preço para não morrer de fome. Tal risco, neste caso, se avizinha da classe docente mediante o cenário até aqui desenhado.

**3. A situação dos Institutos Federais quanto o EaD**

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados a partir da publicação da Lei 11.892/2009 representam não só a expansão da oferta de ensino profissional com a reestruturação da Rede Federal, mas também são uma nova forma de compreender a relação entre educação e mundo produtivo e do trabalho, tendo em vista o desenvolvimento da cidadania (PACHECO, 2011). Tal política traz novas formas para entender e desenvolver a relação entre trabalho e educação. A busca de ofertar uma educação não alienada e fragmentada, mas que seja politécnica, omnilateral[[13]](#footnote-13) e integrada coloca os Institutos Federais no centro da disputa entre capital e trabalho em nossos dias[[14]](#footnote-14).

A criação dos Institutos Federais pode ser entendida como um passo na superação da grande dualidade estrutural que marca o ensino médio, a partir da qual são aprofundadas as desigualdades: a classe burguesa recebe uma educação em sentido amplo e abrangente, restando, para os jovens da classe trabalhadora, o aprendizado de saberes básicos ligados ao desempenho de serviços simples (FRIGOTTO, 2018), de baixa remuneração. Tal fato se fundamenta na teoria do capitalismo dependente (FERNANDES, 1974) e também na ideia de que o subdesenvolvimento é uma forma específica de construção da sociedade brasileira (FURTADO, 1992), que mantém um projeto de sociedade que aprofunda sua dependência do centro hegemônico do capital, combinando elevada concentração de riqueza, de capital e de desigualdade (OLIVEIRA, 2003).

Como já foi dito, a ameaça à Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia não se dá apenas nas disputas em torno da relação entre educação e trabalho. É evidente que há riscos da lógica neoliberal e privatista desconfigurar a forma de oferta do ensino médio integrado, científico, diverso e humanizado oferecido pelos Institutos Federais, tornando esta formação fragmentada e alienada[[15]](#footnote-15). É evidente, também, que num momento de crise como o atual (retoma-se aqui a expressão “crise dentro da crise”) estes riscos acabam aumentando.

Outros pontos, além da relação entre educação e trabalho devem ser pensados no contexto dos IFs dentro da implementação de educação a distância. Um deles, diz respeito à própria política de criação dos Institutos, a saber, a interiorização. Como a estrutura dos Institutos e *campi* chegou em vários pontos interioranos do país, o questionamento sobre acesso de todos os estudantes à conexão de internet fica ainda mais necessário. A realização de aulas práticas, projetos de ensino, pesquisa e extensão e atendimento educacional especializado em casos de estudantes com necessidades educacionais especiais (público da educação inclusiva) também são fatores que devem ser pensado num contexto de EaD.

Como ainda não há uma pesquisa específica com estudantes dos Institutos Federais, serão analisados, aqui, alguns dados de diferentes pesquisas apresentadas por Bandeira; Pasti (2020) no que tange ao acesso à internet[[16]](#footnote-16):

85% dos usuários de internet das classes D e E acessam a rede exclusivamente pelo celular, e somente 13% se conectam tanto pelo aparelho móvel quanto pelo computador. As desigualdades se ampliam devido à qualidade da conexão e aos limites das franquias de dados (...). 55% dos acessos móveis do país são pré-pagos. (s/p).

Estes dados já sinalizam para a inviabilidade de um projeto acessível e universal de educação a distância, tanto pelo desconforto de se estudar pelo celular, quanto pela limitação de acesso no que tange à franquia de dados móveis. Em outra pesquisa, realizada com estudantes do Colégio Técnico de Campinas / Unicamp, percebeu-se que:

embora 98,8% deles tenham smartphone, apenas 74,4% dos aparelhos possuem memória para uso de novos aplicativos e armazenamento de informações. Apenas 77,3% possuem plano de internet para o smartphone. Desses, cerca de 7,5% possuem até 1GB de franquia mensal, 16% entre 1 e 2 GB e 39,7% entre 2 e 4GB. Há ainda outros limites tecnológicos: menos de 70% dos alunos possuem acesso a computadores e 35,7% dos que têm acesso ao equipamento o compartilham com três ou mais pessoas. Apenas 46,3% consideram o modelo do computador adequado para o uso e armazenamento de informações, e 23,9% enfrentam lentidão e dificuldade de uso. (*Ibidem,* s/p).

Vale destacar, novamente, que os dados apresentados acima são provenientes de uma das melhores escolas de ensino médio do país, cuja localização está numa cidade de grande porte, dentro do Estado mais próspero e com mais facilidade de acesso à internet e à recursos digitais e tecnológicos. Mediante esta análise, pode-se inferir que em outras regiões do país, sobretudo em regiões interioranas (onde estão instalados vários *campi* dos Institutos Federais) os números sejam ainda menos compatíveis com a adoção de EaD.

Outro fator importante a ser destacado é a disponibilidade de um ambiente adequado e compatível com atividades de estudo. Sobre isso, vale destacar que:

a pesquisa mencionada com estudantes da educação básica identificou que apenas 58,2% dos alunos indicam ter espaço específico e adequado para estudo no domicílio, que 27,9% têm alguma responsabilidade sobre cuidado de crianças e 19,7% sobre o cuidado de idosos no domicílio. Além disso, professoras e professores também passam a compartilhar o trabalho com os cuidados de filhos e idosos na família. (*Ibidem,* s/p).

Assim, a adoção improvisada e desordenada de tecnologias de informação de comunicação em aulas remotas poderá, além de prejudicar os processos de ensino e aprendizagem, poderão aprofundar ainda mais as desigualdades educacionais do país. Em última análise, a adoção desta política, além de todos os riscos supracitados, poderá também desmotivar um estudante que não tenha condições técnicas para o acompanhamento das atividades, gerando, inclusive, um aumento na taxa de evasões e transferência.

A partir destes indicadores e questionamentos, a presente pesquisa avança para tentar entender o panorama atual da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia[[17]](#footnote-17) diante da crise no que tange à adesão ou não dos respectivos Institutos à modalidade de educação remota na oferta de aulas a distância durante o período de afastamento. Para isso, a pesquisa analisou os dados da seção sobre o coronavírus dentro do portal do MEC[[18]](#footnote-18). Neste espaço, há possibilidade de se acompanhar os dados de todos os 38 Institutos Federais do país, mais os dois CEFETs (Minas Gerais e Rio de Janeiro) e as unidades do Colégio Pedro II, totalizando 41 unidades.

Dos dados disponibilizados, percebe-se que todas as 41 unidades suspenderam aulas presenciais, em atenção ao regime de isolamento domiciliar. Destas 41 unidades, sete estão tendo aulas a distância: IF Farroupilha, IFMS, IF Sul de Minas e IFTM aparecem com TIC/Remotas enquanto IFRO, IFSC e IFTO aparecem como parciais. Não há na plataforma do MEC explicação sobre a diferença entre TIC/Remotas e Parciais. Nos sites dos referidos Institutos há apenas comunicados sobre as aulas não presenciais. Destaca-se o site do IFTO onde há informações de um questionário para estudantes e servidores no intuito de consultar o posicionamento da comunidade em meio às decisões[[19]](#footnote-19). Doze Institutos (CEFETMG, IFAC, IFAP, IFBA, IF Baiano, IFC, IFMA, IFMG, IFNMG, IFRN, IF Sertão PE, IF Sudeste MG) aparecem na plataforma como atividades suspensas por período indeterminado.

Os dados mostram que aproximadamente 83% dos membros da Rede Federal não aderiram à aulas remotas durante o período de isolamento social e mantém atividades letivas suspensas. Em nota, o CONIF (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia) defende o isolamento social como medida preventiva e destaca o papel da educação e da ciência em momentos de crise[[20]](#footnote-20). O mesmo posicionamento foi tomado pelo Fórum de Dirigentes das Instituições Públicas de Ensino Superior de Minas Gerais (FORIPES – MG)[[21]](#footnote-21). Percebe-se que há um posicionamento claro e objetivo com relação ao isolamento social, amparado nas orientações das autoridades sanitárias e de saúde. Todavia, não há um posicionamento claro sobre a adoção ou não de EaD pelos conselhos e fóruns de representação das Instituições. Entende-se que decisões sobre a adoção de ensino remoto são da competência de cada Instituto, garantidas pela autonomia que tem. No entanto, órgãos colegiados podem orientar dirigentes e conselhos quanto aos limites, riscos e perspectivas das ações tomadas para solucionar os problemas causados pela crise.

**Conclusão: “tudo que era sólido e estável se desmancha no ar”**

Para não concluir este texto, faz-se mister recapitular alguns pontos trabalhados até aqui. O primeiro ponto que merece destaque é que, no momento, é possível identificar uma crise dentro da crise. A crise sanitária e de saúde do COVID 19 se aloja dentro de um sistema capitalista-neoliberal já em crise. Afirmou-se, em decorrência disso, que o capital se alimenta das crises para avançar com seus projetos. E não se deve esquecer que a crise é uma crise do capital. “O Estado não é mais o responsável pela execução das políticas: um repassa para o mercado e a outra, para a chamada sociedade civil sem fins lucrativos” (PERONI, 2006).

Diante dessa confluência de crises, todas as fragilidades e contradições do atual sistema se mostram com clareza e trazem consequências para diferentes segmentos da vida. No campo educacional, o problema que se apresenta sob a lógica de eficácia e produtividade do capital, é a suspensão das aulas com uma consequente dificuldade para a reposição. Tal preocupação, diante de todos os desafios de saúde pública do momento, é secundária. Ela mostra a interferência de uma lógica reprodutivista, focada em conteúdos, desarticulada do contexto social dos estudantes, e, profundamente, voltada apenas para si.

Pensar em reprodução de conteúdo em um momento crítico de saúde pública, dentro do qual não se sabe como as pessoas estão reagindo, é uma lógica desumana e perversa. E é em meio a esta lógica que surge uma solução mágica e simples para um problema extremamente complexo: durante a pandemia, o Ministério da Educação permite que cursos presenciais tenham parte dos conteúdos e respectiva carga horária ministrados na modalidade de educação a distância. Improvisam-se aulas remotas mediante um voluntarismo desorganizado e desinstitucionalizado. Em poucos dias, cursos que eram exclusivamente presenciais começaram a ser trabalhados todos de forma remota[[22]](#footnote-22).

Os dados aqui apresentados sinalizam para limites estruturais de uma adesão apressada e irrefletida de tecnologias da informação e comunicação em substituição às aulas presenciais. As questões de acesso, disponibilidade, produção de material adequado, familiaridade de docentes e discentes com as ferramentas, espaços adequados para o estudo devem ser considerados. Não se menospreza, aqui, a importância e a capacidade/potencialidade da educação a distância. No entanto, é necessário entender que gravação caseira de vídeo aula, leitura de texto com listas de exercícios representam uma “gambiarra apressada” diante de todo potencial que o EaD tem. Acredita-se, sim, que as tecnologias da informação e comunicação podem ser instrumento para melhoria das práticas pedagógicas, porém, não é de uma forma apressada, irrefletida e pressionada por uma situação de crise que isso irá acontecer[[23]](#footnote-23).

Outro ponto que deve ser levado em conta é que os Institutos Federais não foram criados apenas para a oferta de ensino. O ensino é um aspecto da tríade ensino, pesquisa e extensão, que devem ser integrados dentro da política de trabalho da Rede Federal. Em momentos particulares como o atual, as soluções para a crise não devem ser vistas como um mecanismo reducionista de todas as ações praticadas pelos Institutos. A saída, aqui, seria a de aproveitar o momento para se aprofundar o entendimento de toda potencialidade da estrutura federal para que a integração entre ensino, pesquisa e extensão possa se desenvolver cada vez mais em articulação com os arranjos produtivos locais das cidades onde os *campi* estão instalados, fornecendo alternativas viáveis para a superação da crise e para o retorno à vida no período posterior ao isolamento social.

Teme-se, também, pelo risco eminente de que a particularidade deste momento de crise possa servir como pretexto para a precarização, a flexibilização e o desmonte da educação pública federal[[24]](#footnote-24). Tais ameaças já vinham sendo feitas e muitos movimentos organizados neste sentido. Assim, num momento crítico como o atual, tudo que estava sendo gestado pode ganhar espaço para ser implementado. A história da frágil e recente democracia brasileira sempre esteve atrelada ao poder de grupos capitalistas, frações burguesas que sempre estiveram organizados em torno de seus interesses (CASIMIRO, 2018). A privatização, a lógica gerencial, a organização da educação a partir de princípios do capitalismo neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2006), e a flexibilização das relações educacionais (LAVAL, 2004) podem encontrar um terreno fértil em meio ao voluntarismo desorganizado e desinstitucionalizado da implementação de aulas remotas durante a crise. O processo de precarização, uberização, desvalorização, flexibilização e trabalho intermitente que já assola grandes categorias profissionais no país e que é privilegiada por mecanismos digitais (ANTUNES, 2018) pode chegar com toda força ao trabalho docente.

Diante de tantas ameaças e de um cenário tão atípico, a célebre frase de Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista nunca foi tão atual: “tudo que era sólido e estável se desmancha no ar” (MARX; ENGELS, 1998, p. 43). Toda a sociedade burguesa, todos os mecanismos de exploração, acumulação e apropriação passam por um período de dissolução e acentuam, ainda mais, a crise. Diante da ameaça de desintegração de tudo – inclusive do nosso modo de vida – novas propostas e saídas precisam ser apresentadas. É preciso reinventar um novo modo de vida.

É interessante perceber que, no momento em que todas as, até então, sólidas práticas gerenciais, neoliberais, empresariais e individualistas se derretem, o que permanece é o esforço daquilo que o neoliberalismo tanto ameaça: instituições públicas de ensino/pesquisa, hospitais do sistema público e mecanismos de seguridade e assistência social. Em outras palavras, pode-se perceber que no momento em que as relações mercadológicas caem, um novo modo de vida focado na dimensão pública e social sustenta nossas relações sociais e até mantém nossa sobrevivência.

Este novo modo de vida deve passar, obrigatoriamente, pelo exame crítico das teorias pedagógicas e práticas educacionais. A classe trabalhadora, ainda que fragmentada (MATTOS, 2019; BRAGA, 2018) precisa assumir o papel de repensar formas de vida, de educação, de consumo, de produção. Ainda que o movimento sindical esteja fragmentado e disperso (BRAGA, 2018), ainda que os movimentos sociais tenham perdido um pouco de sua força e representatividade, é hora de apontar para a realizável utopia de uma outra sociedade possível. E como já foi dito, tal sociedade precisará trazer uma educação comprometida com o ser humano, não fragmentada, não alienante, encarnada na história e no contexto social, que não seja conteudista nem reprodutivista, mas que busque formar o homem a partir de todas as suas dimensões. É hora de denunciar todos os ataques ao orçamento público que comprometeram e sucatearam serviços básicos como educação, pesquisa, saúde, seguridade social. É hora de lutar pela construção de um novo consenso.

**Referências:**

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Riqueza e miséria do Trabalho no Brasil IV:** trabalho digital, autogestão e expropriação da vida. São Paulo: Boitempo, 2019.

BANDEIRA, Olívia; PASTI, André. **Como o ensino a distância pode agravar as desigualdades agora.** Nexo Jornal, abril/2020. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/debate/2020/Como-o-ensino-a-distância-pode-agravar-as-desigualdades-agora>. Acesso em 04/04/2020.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado:** trabalho e neoliberalismo no Sul global. São Paulo: Boitempo, 2017.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita:** aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CÁSSIO, Fernando; XIMENES, Salomão. **Coronavírus e a “volta às aulas”.** Le Monde Diplomatique Brasil, abril/2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/coronavirus-e-a-volta-as-aulas/>. Acesso em: 01/04/2020.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia.** 8ª ed. Brasília: Brasiliense, 2004.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, Florestan*.* **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:** relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Educação e construção da democracia no Brasil. Da ditadura civil-militar à ditadura do capital. In: FÁVERO, Osmar; SEMERARO, Giovanni (Orgs). **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 53 – 69.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino Médio Integrado:** concepções e contradições. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FURTADO, Celso. **Brasil:** a construção interrompida. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo***.* São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **17 contradições do capitalismo***.* São Paulo: Boitempo, 2018.

IANNI, Octávio. **A Ditadura do Grande Capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto***.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa:** o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Planta, 2004.

LOSURDO*,* Domenico*.* **Contra-história do liberalismo***.* São Paulo: Ideias e Letras, 2009.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora:** de Marx ao nosso tempo. São Paulo: Boitempo, 2019.

MALTHUS, Thomas Robert. Essay on the Principle of Population. Vol. 2. Nova York, 1961, p. 179-80. In: HUNT & SHERMAN. **História do pensamento econômico**. Petrópolis: Vozes, 1987.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Boitempo, 1998.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **A teoria da alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista:** o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

PACHECO, Eliezer. (Org.). **Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Política educacional e papel do Estado**: no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã Editora, 2003.

PICHONELLI, Matheus. *Homeschooling* e a domesticação do aluno. IN: CÁSSIO, Fernando (org.). **Educação contra a barbárie:** por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 99 - 106.

SANTOS, Catarina de Almeida. Educação a Distância: tensões entre expansão e qualidade. IN: CÁSSIO, Fernando (org.). **Educação contra a barbárie:** por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 53 – 58.

XIMENES, Salomão; CÁSSIO, Fernando. **Future-se?:** impasses e perigos à educação superior pública brasileira. Santo André: Fórum Permanente de Políticas Educacionais da UFABC: Universidade Federal do ABC, 2019.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo:** a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.

1. Professor EBTT IF Sudeste MG – Campus Santos Dumont / MG. Doutorando do Programa de Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ). [↑](#footnote-ref-1)
2. Usa-se aqui o termo no plural em observância às pesquisas de Mattos (2019), no intuito de abarcar a classe trabalhadora na amplitude de suas atuais manifestações. [↑](#footnote-ref-2)
3. <http://portal.mec.gov.br/coronavirus/> [↑](#footnote-ref-3)
4. Aprofundando este debate, Frigotto (2002) afirma que transitamos da ditadura civil-militar à ditadura do mercado. [↑](#footnote-ref-4)
5. Uma outra visão sobre a evolução do liberalismo com suas contradições e dilemas éticos pode ser vista na obra de Losurdo (2009). [↑](#footnote-ref-5)
6. Tal análise se torna assustadoramente atual quando se observa que o Presidente Jair Bolsonaro, em várias situações, minimizou a morte de trabalhadores em decorrência do COVID 19 para que a economia continuasse funcionando. Várias manifestações da classe patronal brasileira foram realizadas e amplamente divulgadas (sobretudo no final de semana de 28 e 29 de março de 2020) com o *slogan*: “O Brasil não pode parar” criticando o período de quarentena e isolamento social tendo em vista os riscos para o capital. Em resumo, a classe média burguesa foi às ruas em seus carros para manifestar seu desejo de que os trabalhadores voltassem para o trabalho, negligenciando os riscos da pandemia e contrariando as orientações das autoridades sanitárias. [↑](#footnote-ref-6)
7. A grande evidência disso pode ser percebida quando se observa o número considerável de presidentes alinhados com a extrema direita que conseguiram vitórias (consideradas por muitos analistas como improváveis) em vários países nos últimos anos. [↑](#footnote-ref-7)
8. Não é por coincidência que vários países (na América Latina e na Europa) começam a se articular para aprovar retrocessos na legislação trabalhista e previdenciária (contrarreformas). [↑](#footnote-ref-8)
9. Organizações Sociais (OS) são regidas pela Lei Federal 9.637/98 e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) são regidas pela Lei Federal 9.790/99. [↑](#footnote-ref-9)
10. Através da Emenda Constitucional 19/1998 a Eficiência foi acrescentada como Princípio da República Brasileira. [↑](#footnote-ref-10)
11. Outra alternativa empresarial aplicada à educação pública é a publicação do Programa Future-se, alterando mecanismos de gestão e financiamento das instituições federais. Como os efeitos amplos e perversos deste Programa extrapolam os objetivos desta pesquisa, indica-se a leitura de Ximenes; Cássio (2019) para o aprofundamento deste tema. [↑](#footnote-ref-11)
12. Adota-se, aqui, o termo “improvisado” pois o ensino remoto mediante plataformas digitais foi autorizado e estimulado sem estudos prévios sobre o acesso e a capacidade de oferta. [↑](#footnote-ref-12)
13. Frigotto (2018) afirma que o projeto de ensino integrado dos Institutos Federais não é o ensino politécnico tal como previsto pela pedagogia socialista, mas sinaliza para o fato que pode ser um importante passo dentro da sociedade de classes para superar todas as dualidades e disputas em torno da educação básica (sobretudo em sua etapa final, o ensino médio) e também na relação entre educação e trabalho. Em outras palavras, o ensino técnico integrado não é a mesma coisa que a proposta de formação politécnica, mas está vinculado a ela, desenvolvendo o conceito de “travessia contraditória” (p. 129). [↑](#footnote-ref-13)
14. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012) analisam todas as disputas em torno da educação profissional e tecnológica no Brasil, refletindo sobre o caráter dual do ensino médio, com ênfase na passagem da compreensão do Decreto 2.208/97 para o Decreto 5.154/04. [↑](#footnote-ref-14)
15. O compreensão do projeto de formação da dupla cidadania dos jovens e adultos trabalhadores fica ainda mais comprometida neste contexto. Nas palavras de Frigotto (2018), a questão central da atuação dos IF deve ser a “compreensão de seu sentido social na perspectiva da cidadania política e econômica das gerações de jovens e adultos em formação” (p. 141). [↑](#footnote-ref-15)
16. O uso destas pesquisas se aplicam ao nosso trabalho, pois o público estudantil atendido pelos Institutos Federais participa e é representado pelo universo analisado. Logicamente, algumas características podem variar de região para região, mas o quantitativo tende a ser mais ou menos o mesmo. [↑](#footnote-ref-16)
17. Apesar de Frigotto (2018) pontuar a dificuldade de se considerar a Rede Federal em torno de uma identidade comum em todas as suas unidades e *campi*, o objeto de nossa análise visa comparar as unidades apenas a partir da adesão ou não à alternativa de aulas remotas durante o período de quarentena. [↑](#footnote-ref-17)
18. Como os dados podem se alterar com o tempo, registra-se aqui que os dados desta pesquisa foram extraídos da plataforma <http://portal.mec.gov.br/coronavirus/> no dia 05 de abril de 2020. [↑](#footnote-ref-18)
19. Não foi possível acessar o questionário para verificar quais questões são apresentadas. [↑](#footnote-ref-19)
20. Disponível em: <http://portal.conif.org.br/br/component/content/article/84-ultimas-noticias/3344-nota-publica-conif-covid-19?Itemid=609>. Acesso em 05 de abril de 2020. [↑](#footnote-ref-20)
21. Disponível em: <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/Notas_Explicativas/FORIPES/2019/Propostas_do_FORIPES_para_a_politica_do_ensino_superior.pdf>. Acesso em 05 de abril de 2020. [↑](#footnote-ref-21)
22. O artigo de Cássio; Ximenes (2020) afirma que tal fenômeno foi mais comum nas universidades privadas, motivada pela justificativa de cobrança das mensalidades. Nas instituições federais, por conta dos processos mais burocráticos, democráticos e descentralizados (com a necessidade de consulta e aprovação de conselhos e comissões) a adesão a educação a distância não acontece com a mesma velocidade das instituições privadas. Esta reflexão corrobora com os dados dos Institutos Federais coletados na plataforma do coronavírus no site do Ministério da Educação e que foram apresentados neste trabalho. [↑](#footnote-ref-22)
23. Não é interesse desta pesquisa associar, de modo apressado e irresponsável, a educação a distância a uma prática conteudista e a educação presencial a uma forma humanizada de ensino. Sabe-se que nas duas modalidades (presencial e remota) a educação oferecida pode ser conteudista ou humanizada. O que se questiona aqui é a substituição apressada e sem planejamento de uma modalidade por outra e os efeitos perversos que podem vir desta prática. [↑](#footnote-ref-23)
24. A busca de novas formas de educação a distância em substituição às aulas presenciais pode ser o “ovo da serpente” em um momento de crise. [↑](#footnote-ref-24)